

A INVENÇÃO DA SUPERQUADRA

Marcílio Mendes Ferreira
Matheus Gorovitz

A INVENÇÃO DA SUPERQUADRA



Ministério
da Cultura



IPHAN
2008

Brasília – Invenção da superquadra

O conceito de "super-quadras" como células residenciais abertas ao público, em contraposição às de "condomínios" como áreas fechadas e privadas, foi imensamente e reveladoramente válido e civilizatório;

Lucio Costa
3/24/55

1. Introdução

O conceito original de Unidade de Vizinhança - UV é, em Brasília, reformulado, hipótese expressa na epígrafe adotada¹. Lucio Costa retoma, a exemplo de outras cidades novas planejadas, o conceito de UV como módulo agenciador da trama urbana. A idéia foi inicialmente proposta por Clarence Perry nos anos 20 (fig. 1) e posteriormente reiterada como um dos pontos de doutrina da Carta de Atenas de 1943: "O núcleo inicial do urbanismo é uma célula habitacional – uma moradia – e sua inserção num grupo formando uma unidade habitacional de proporções adequadas".

(LE CORBUSIER, 1993, p.143).



fig 1 – Unidade de Vizinhança idealizada por Clarence Perry em 1929

¹ Terceiro item de uma carta manuscrita de Lucio Costa datada de 3.VII.1985 e publicada pela revista Módulo, n° 89/90, jan, fev, mar, abril 1996, p. 117.

Perry visava promover a sociabilidade a partir das relações de vizinhança, resgatava assim, o bairro das cidades tradicionais “um local onde os residentes se conhecem pessoalmente e têm o hábito de se visitar, trocar objetos ou favores em geral, ter atividades conjuntas” (HURVY, 1973, p. 9). O princípio era, ao conferir auto-suficiência à UV, engendrar a convizinhança desejada, além de dispor, numa distância acessível a pé, todas as facilidades necessárias à vida cotidiana e, concomitantemente, salvaguardar este território da influência do tráfego de passagem. O comércio local e a escola constituiriam igualmente pontos de encontro.

A autonomia será vista pelos críticos do princípio de U V como fator de solidão e isolamento, quando não, de segregação de grupos étnicos e econômicos. Kevin Lynch assim se pronuncia:

A maioria dos moradores não está organizada socialmente em tais unidades, suas vidas não se centram em torno da escola primária, nem gostariam de estar confinados em tais áreas, com todas as implicações de isolamento local e falta de escolha (LYNCH, 1972, p. 327).

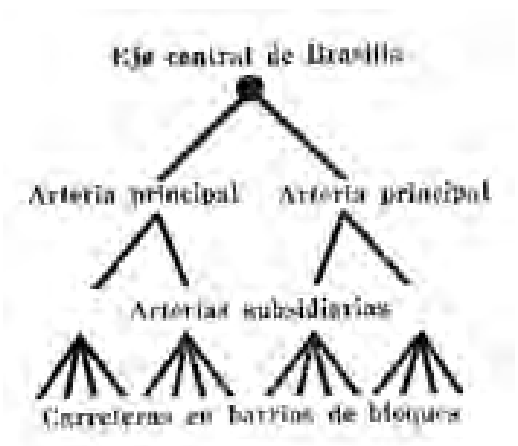


fig 2 – Ilustração de “Uma cidade não é uma árvore”

Christopher Alexander, ao criticar as estruturas urbanas hierarquizadas constituídas de entidades auto-suficientes, menciona Brasília como exemplo:

Brasília se desenvolve em torno do eixo central e cada uma das duas áreas é servida por uma artéria principal. Dessas derivam artérias subsidiárias paralelas às primeiras que, por sua vez, se subdividem em vias que circundam a Superquadra. A estrutura é em árvore (ALEXANDER, 1965, p. 58-62) (fig 2).

O objetivo deste ensaio é demonstrar que, contrariamente à leitura feita por Alexander, as UVs em Brasília não são auto-suficientes, nem hierárquicas. Alexander, ao classificar apressadamente Brasília como estrutura “em árvore”, deixa de perceber na proposta concreta e não vagamente teorizada² da Superquadra enquanto “extensão residencial *aberta* ao público” (COSTA, 1995, p. 331, grifo do autor), e que “as ‘áreas de vizinhança’ justapostas não são estanques, – se permeiam” (COSTA, 1995, p. 308). Alexander desconsidera a reformulação das UVs originalmente concebidas de modo hierárquico, auto-suficiente, introvertido e suburbano. E que, graças à

² K. Lynch denuncia nos seguintes termos o caráter especulativo das idéias expostas em “The city is not a tree”: “A idéia não é claramente desenvolvida. Não oferece nenhuma hipótese, possível de ser testada, de como as cidades funcionam ou deveriam idealmente funcionar. Enquanto isto não é proposto, a idéia de hierarquia (como qualquer outra teoria parcialmente desacreditada mas que não se confronta com uma alternativa) continuará a dominar a análise e o desenho” (LYNCH, 1981, p. 390, tradução nossa). Este texto de 1981 revela que também o emérito professor americano deixou de perceber o alcance da proposta de Brasília.

superposição das áreas de influência de cada UV, dos subcentros e demais setores, a estrutura da cidade não se assemelha a de uma “árvore”, mas sim a de “grade”, como o próprio Alexander recomenda.

2. Unidade de Vizinhança – Precursores

O exame das cidades novas planejadas que, como Brasília, adotam o princípio de UVs como critério de planejamento, evidencia uma tendência progressiva de entossá-las à cidade. Para tanto, elegemos como exemplos dessa tendência Radburn, por seu caráter pioneiro, e as cidades novas inglesas, pela clareza na formulação.

2.1 Radburn (1928) – 25.000 habitantes

Proposta por Clarence Stein e Henry Wrigth, as habitações seriam agrupadas em UVs com rigorosa separação do tráfego veicular do trânsito de pedestres mediante “closes”, vias sem saída, compondo um sistema viário hierarquizado. Radburn espelha o anseio de recuperar a escala suburbana, a intimidade entre as habitações, e dessas com os respectivos equipamentos, visando estimular, a exemplo dos antigos povoados da Nova Inglaterra, a iniciativa comunitária e a participação democrática (fig. 3).

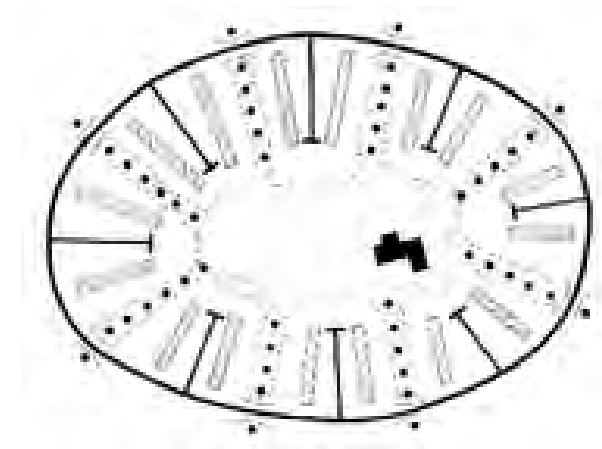


fig 3 – Radburn

2.2 Harlow (1947) – 60.000 habitantes

Da primeira geração de cidades novas da Inglaterra, Harlow é constituída por 13 UVs (4.000 a 7.500 habitantes) distribuídas em quatro grupos situados em torno de um centro principal e da escola primária. As UVs são intercaladas por amplas áreas verdes onde foram implantadas as escolas secundárias.

Comparada com Radburn, Harlow oferece um número maior de articulações ao introduzir a categoria do *distrito* formado por três a quatro UVs (10.000 hab.) em torno de um centro comunitário com equipamento comercial, social e esportivo. Esses distritos compartilham a mesma área verde, onde se situam as escolas secundárias. Cada UV é equipada de escola primária, pequeno grupo de lojas, sala de reunião, bar e espaços verdes de recreação.

Harlow adota como critério de estruturação das UVs, além de uma maior diversidade de espaços e equipamentos, o reconhecimento de que um centro de distrito, com maior quantidade de lojas, que o correspondente a uma UV e situado na zona fronteira de várias UVs é uma resposta lógica à inevitável motorização, além de assegurar melhor distribuição dos centros comerciais e ampliar as opções. Entretanto, a preocupação de integração funcional não



encontra paralelo em sua organização espacial – os quatro grupos de UVs, separados por extensas áreas verdes, reforçam a impressão de dispersão da cidade, motivando a seguinte crítica: “Tanto pela sua natureza como pelas técnicas de sua aplicação, o princípio de UVs sublinhou o lado único e a individualidade das partes, mas negligenciou o problema vital e complementar da integração do conjunto” (HERBERT, 1963, p. 164) (fig. 4).

2.3 Cumbernauld (1958) – 70.000 habitantes

Da segunda geração de cidades novas britânicas, Cumbernauld abandona o princípio da divisão hierárquica. As habitações envolvem o centro principal que, disposto linearmente, permite à maioria da população morar a vinte minutos de trajeto a pé do centro. Inexistem centros locais e sim um conjunto de lojas de gêneros de primeira necessidade, uma loja para cada 300 habitantes (fig. 5).

Cumbernauld marca uma mudança revolucionária em urbanismo: o princípio de Unidade de Vizinhança se reduz a um centro único – o coração da cidade – acessível de todas as partes pelos pedestres; conseqüentemente desaparece a UV. Essa hipótese mostrou-se pertinente apenas para cidades de um determinado porte:

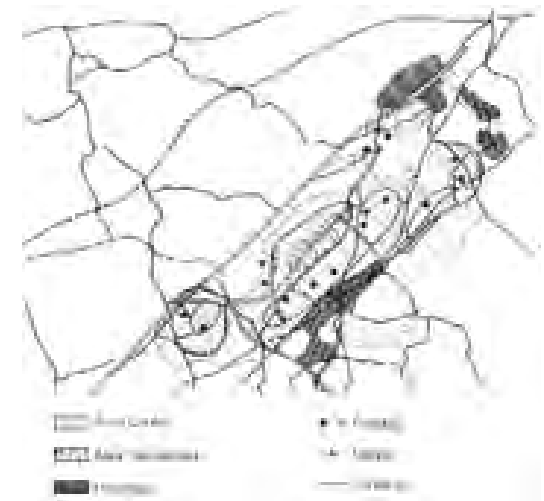


Fig 5 – Cumbernauld

Apesar de todo seu interesse, a concepção de Cumbernauld demonstrou ser bastante inflexível: quando houve necessidade de ampliar a população prevista, foram acrescentadas áreas para habitações que ficaram bastante isoladas do centro urbano, e conseqüentemente, tiveram que ser equipadas com centros vicinais (GALANTAY, 1977, p. 95).

Um dos fatores que levou à reformulação de certos conceitos urbanísticos foi a consciência de que a população, hoje em dia, se desloca cada vez mais com maior facilidade, não justificando a divisão da cidade em UVs separadas umas das outras e equipadas de serviços exclusivos. Essa preocupação, aliada à busca de maior flexibilidade e o abandono de estruturas hierarquizadas, deu origem ao conjunto de projetos chamados de terceira geração, entre os quais o de Milton Keynes serve aqui de exemplo.

2.4 Milton Keynes (1964) – 25.000 habitantes

Estruturada por uma malha de vias principais com espaçamento de um quilômetro configura quadras de 100 hectares, destinadas a uma população de 5.000 habitantes. O projeto teve como pressuposto oferecer o máximo de

liberdade de movimento e de opções de serviços e atividades. Segundo o relatório da equipe de planejamento:

As habitações não serão agrupadas em uma Unidade de Vizinhança introspectiva, mas farão parte de áreas de influência que se superpõem segundo diferentes funções, interesses e necessidades de cada habitação (WEEKS, 1964).

As áreas assim dispostas perderiam o caráter de unidades autônomas, seus centros de serviço facilitariam sua utilização pelas populações das quadras vizinhas, pois estariam localizados à margem das ruas principais, no cruzamento das vias locais e dos caminhos reservados aos pedestres que sulcam toda a cidade (fig. 6).

Esses centros de atividade seriam constituídos por uma escola primária, parada de ônibus e loja local, enquanto os outros, de um grupo de lojas e escola primária para dois mil habitantes. Igrejas, grupos sociais, possibilidades de emprego e outros atrativos motivariam a criação em conjunto de uma variedade de comunidades locais se superpondo amplamente.

Uma circunstância, contudo, trai a boa intenção inicial: apesar de situados à margem do sistema viário principal, o acesso a esses centros se faz mediante



Fig 6 – Milton Keynes: distribuição dos equipamentos e passagem ao centro de atividades



Fig 7 – Milton Keynes: passagem ao centro de atividades

passagens de nível, tornando-os locais de trânsito obrigatório apenas para os habitantes de uma determinada quadra (fig. 7). Reside aí a diferença fundamental em relação à solução proposta em Brasília, onde os equipamentos residenciais, e, em particular o comércio, são efetivamente lugares de passagem obrigatória, não exclusivos dos moradores da quadra, daí a animação desses centros completamente ausente nos de Milton Keynes.

3. A Unidade de Vizinhança em Brasília

O “certo modo monumental” e a urbanidade que distingue as UVs decorrem das *conexões* pelas quais as partes interagem estruturando o projeto. Essas conexões comparecem tanto nas disposições *funcionais* – a implantação e o dimensionamento, como nas de ordem *estética* – as relações de proporcionalidade da composição plástica.

3.1 Fatores de estruturação funcional

3.1.1 Implantação

A UV de Brasília difere das cidades que centralizam os equipamentos habitacionais tornando-os estanques e exclusivos. Todos os serviços,

excetuados o jardim de infância e a escola primária, localizam-se à margem do sistema viário, interligando a UV e a cidade de dois modos:

- Junto às vias secundárias (W-1 e L-1): comércio entrequadra, supermercado, clube de vizinhança, correio, delegacia, biblioteca e postos de serviços e abastecimento.
- Junto às vias principais (Eixos Leste e Oeste): cinemas, galerias comerciais e praças de esporte. (fig. 8).

Desse modo, os equipamentos são diretamente acessíveis pelas UVs e pelas vias de interligação setorial, ou seja, sem renunciar ao caráter local, a implantação favorece o acesso dos equipamentos a todos, constituindo assim um dos fatores de articulação entre as UVs e a cidade; essa interface promove um intercâmbio que transcende as relações de vizinhança ao criar espaços de mediação entre o domínio do morador e o domínio do cidadão.

Finalmente, a implantação alternada dos comércios locais dá origem à superposição de áreas de influência, pois cada Superquadra pertence simultaneamente a duas unidades de vizinhança, o mesmo ocorre com os comércios entrequadras, capela, cinema e clube (fig. 9).

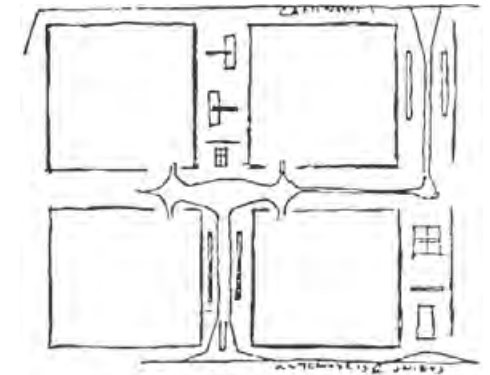
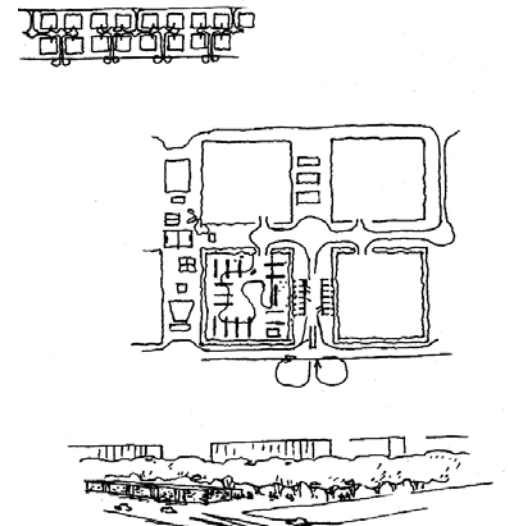


fig 8 – Lucio Costa, Brasília, unidade de vizinhança



3.1.2 Dimensionamento

Desde seus primórdios, as UVs adotam como critério a conveniência em agrupar 3 a 4000 habitantes em torno da escola primária e do jardim da infância, posteriormente este dimensionamento consagrou-se como norma por fornecer condições de acessibilidade à faixa etária de menor mobilidade e corresponder ao ideal de população escolar.

Lucio Costa preserva os benefícios desse princípio criando a figura da Superquadra (3000 a 4000 hab.), com isso libera as UVs do limite demográfico imposto, quadruplicando a população ao reunir quatro Superquadras (cada uma convenientemente equipada de escola e jardim de infância), ou seja, 12.000 habitantes. Esse novo dado tem uma implicação de maior importância: as UVs podem agora contar com equipamentos de maior porte reiterando sua vocação plurivincinal. Verificamos, por exemplo, que as normas de dimensionamento para os comércios locais recomendam em torno de $0,4\text{m}^2$ / hab.. Considerando uma população de 4.000 habitantes, necessitaríamos uma área inferior a 2.000 m^2 . Ora, as áreas destinadas ao comércio entrequadra em Brasília permitem a implantação de aproximadamente 5.400 m^2 na Asa Sul e 6.160 m^2 na Asa Norte. O exemplo do comércio se aplica aos outros equipamentos que, quando de maior porte, transcendem o caráter local e

promovem o entrosamento dos setores vicinais. Cinemas, galerias, supermercados, igrejas, clubes ou mesmo uma pequena banca de jornal que, quando se distinguem pela qualidade de seus serviços, passam a ser procurados pelos moradores de outras quadras.

3.1.3 Fatores de estruturação plástica

- Partido

Lucio Costa resume o partido urbanístico: “O monumental e o doméstico entrosam-se num todo harmônico e integrado” (COSTA, 1995, p. 308). O sentido geral que prevalece nas disposições plásticas adotadas se objetiva na coesão das partes, pelo que são apreendidas como um todo ordenado. O uno no diverso qualifica esteticamente o objeto e aprimora o olhar do sujeito. Para articular os domínios público e privado, o partido adota os seguintes fatores de conectividade: *axialidade*, *eurritmia*, *simetria* e *comodulação*.

- Axialidade

Pelo princípio da axialidade, as UVs são apreendidas como conjunto ao longo do eixo residencial arqueado. O risco alternativo no processo de elaboração prevê habitações envolvendo o centro cívico (fig. 10). O confronto com a solução definitiva evidencia as razões da linearidade adotada: faculta

identificar, pela criação dos eixos, as diferenças de caráter do setor habitacional em relação ao setor cívico e evidenciar o modo como são articulados.

- Eurritmia

Alinhadas, as UVs combinam-se numa seqüência regular que as harmoniza num ritmo cadenciado – de modo eurrítmico. Esclarece o autor: “Embora autônomas, se encadeiam umas às outras, permitindo às pessoas encontrarem-se, conversar, conviver e compreender-se” (COSTA, 1962, p. 306).

- Comodulação e Proporção

O conjunto das proporções das partes entre si, e com relação ao todo, é engendrado pelo módulo “Superquadra”, que, multiplicado, estrutura e ordena a trama urbana harmonicamente conferindo-lhe caráter sistêmico (fig. 11). A faixa arborizada configura a UV como entidade plástica que visa “garantir a ordenação urbanística” pela modulação e pela proporcionalidade que resulta das dimensões, “grandes quadriláteros”; o duplo sentido estético e utilitário é lembrado por Lucio Costa no relatório do plano piloto:

A criação destas quadras, ou seja, contorno de alamedas de árvores alinhadas em grandes quadriláteros, teve de início por

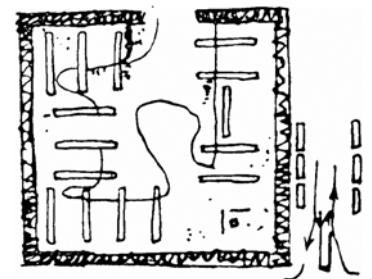


fig 11 – Traçado regulador

finalidade primeira articular a escala residencial com a escala monumental e garantir deste modo a disposição geral da estrutura urbana [...] A importância atribuída a esses grandes quadriláteros verdes resulta de que, além de contribuir para o resguardo das quadras, eles garantem, por sua massa e dimensão, a integração da escala residencial na escala monumental (COSTA, 1991, p. 23-24).

Disposição que apresenta a dupla vantagem de garantir a ordenação urbanística mesmo quando varie a densidade, categoria, padrão ou qualidade arquitetônica dos edifícios, e de oferecer aos moradores extensas faixas sombreadas para passeio e lazer, independentemente das áreas livres previstas no interior das próprias quadras (COSTA, 1991, p. 28).

O denominador comum é a Superquadra originada de um dado programático, a densidade considerada ideal (500 hab. por hectare) configurou um quadrado de 280 metros de lado. Este módulo assume dimensão estética ao ordenar o conjunto do setor habitacional através de uma seqüência lógica:

- Quatro quadras compõem a Unidade de Vizinhança;

- Oito Unidades de Vizinhança enfileiradas formam o segmento da asa identificada pelas centenas ímpares e, espelhadas pelo eixo residencial, as centenas de número par;
- O conjunto de oito unidades de vizinhança, ou trinta e duas Superquadras – a asa – é rebatido em torno do eixo monumental.

Configuram-se deste modo as asas sul e norte.

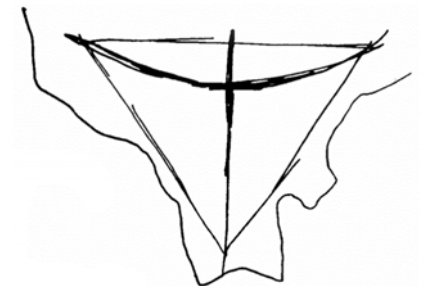
- Simetria

A simetria reitera a composição plástica ao determinar a equivalência de relações. São simétricas:

- As alas do comércio local, rebatidas em relação ao eixo de acesso às quadras;
- As quadras ímpares e pares rebatidas em relação ao eixo residencial;
- As asas sul e norte em relação ao eixo monumental.

- Traçado regulador

O quadrado que configura a Superquadra e o triângulo equilátero que circunscreve os eixos regulam o traçado do conjunto (fig. 12).



- Isonomia e ubiqüidade

A adoção das mesmas condições ambientais, normas de edificação e de ocupação do solo constitui recurso conectivo adicional, esta isonomia motiva a *ubiqüidade*, a sensação de estando numa quadra, devido ao mesmo tratamento e recorrência de situações, vivenciar todas elas simultaneamente. Todas as Superquadras compartilham o mesmo dimensionamento, densidade, cinta arborizada periférica, gabarito de seis pavimentos e, dentre essas normas, destaca-se a adoção de *pilotis*, que liberam o solo de obstáculos, tornando-o desimpedido e transponível – espaço de conciliação do domínio público e o privado.

- Modenatura

O modo particular como é tratada cada uma das partes da composição – a modenatura – promove a unidade na diversidade de escalas que Lucio Costa adota como fator de estruturação urbana. Desse modo distingue as escalas monumental, cotidiana e gregária (fig. 14):

Na primeira, a intenção arquitetônica é de severa dignidade [...] a segunda, depois do enquadramento arborizado, terá feição recolhida [...] na terceira, o espaço foi deliberadamente

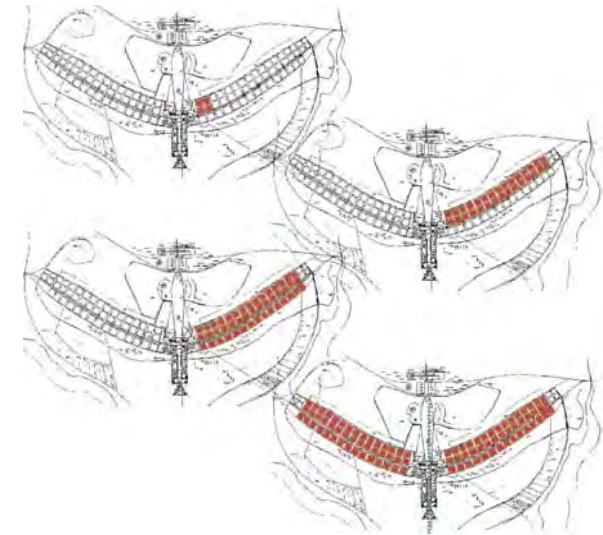


fig 13 – Brasília, comodulação

concentrado e a atmosfera será gregária e acolhedora (COSTA, 1962, p. 306).

Diferenciadas, as partes são reunidas pelo partido, pelos “dois eixos que se cruzam”: “Brasília compreende estruturalmente, três partes devidamente entrosadas: o eixo monumental [...] o eixo rodoviário-residencial [...] e finalmente, sobre o cruzamento deles, a plataforma” (COSTA, 1962, p. 306).

4. Os comércios de entrequadra em Brasília

Os seguintes aspectos corroboram com a vocação extrovertida e conciliadora dos domínios público e privado promovida pela natureza permeável e extrovertida do setor habitacional:

- Os comércios entrequadras extrapolam sua finalidade local e constituem pontos de encontro e de animação diurno e noturno. Fato expressivo, já incorporado à tradição da cidade, é o de celebrar eventos futebolísticos, carnavalescos ou eleitorais nesses espaços. O mesmo ocorre com as igrejas, que perdem seu caráter de bairro, para se instituir como centros de devoção de cultos específicos e locais de quermesses.



fig 14 – Modenatura das escaldas

- A inversão espontânea da frente do comércio, originalmente cogitada como de serviço, ao voltar-se para a via subverte a intenção inicial de abrir a frente do comércio para a Superquadra. Na Asa Norte, posteriormente, a disposição dos blocos foi reformulada, e com o objetivo de eliminar a ambigüidade entre frente / fundo, via motorizada / via de pedestres, adota-se como projeção o formato de um quadrado voltado para os quatro lados (fig. 15, 16, 17).
- Especialização dos comércios que, progressivamente, passaram a se agrupar por categoria e natureza da atividade, seja voltada para o lazer, recorrência de bares ou restaurantes numa mesma quadra, ou concentrando comércios de mesmo gênero como farmácias, butiques, materiais elétricos, móveis, etc. tornando-os referenciais da cidade: “rua dos restaurantes”, “rua das farmácias” ou ainda “rua da Igrejinha”, quando a identidade se deve à qualidade arquitetônica de uma das edificações.

5. Relações de vizinhança

Podemos admitir níveis de solidariedade e interatividade social baseados em relações de vizinhança, principalmente nas faixas etárias de menor mobilidade: crianças, idosos e empregados domésticos, ou em circunstâncias específicas,

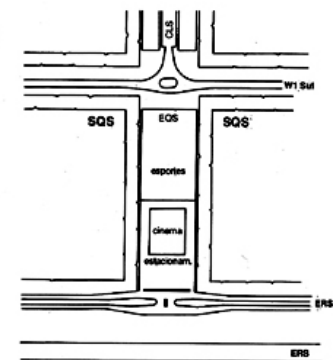


fig 15 – Comércio entrequadras

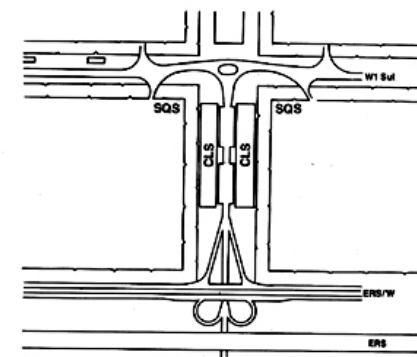
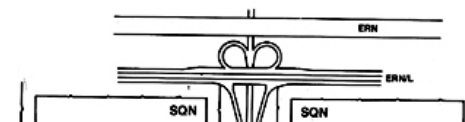


fig 16 – Comércio Local – asa sul



como a iniciativa de promover coletivamente festas juninas e feiras nas áreas livres da Superquadra, ou ainda reconhecer que a delimitação de um território é capaz de promover a capacidade de reivindicação, como ocorre quando determinadas quadras elegem mini-prefeituras.

Entretanto, é ilusória a convicção de que os habitantes de uma grande metrópole subordinem sua sociabilidade aos limites territoriais de vizinhança, bem como de que as disposições de um projeto possam favorecer o equacionamento de problemas e contradições sociais, ou mesmo despertar o nível de consciência política ou social.

A subdivisão de uma metrópole surge para solucionar problemas de organização e de abastecimento, viabilizar a distribuição dos serviços de forma facilmente acessível e permitir a interligação das áreas residenciais evitando os inconvenientes das artérias motorizadas. “A tentativa de organizar todos os serviços numa mesma dimensão de unidade é uma ficção conveniente” observa K. Lynch (apud HURVY, 1973); uma cidade não pode ser organizada como uma grandeza não dividida. A setorização das áreas funcionais em Brasília tem o mérito de não fragmentar ou compartimentar, muito pelo contrário, a repartição adotada estrutura a cidade imprimindo unidade, integridade e ordenamento urbano, aliás, seu caráter mais surpreendente.

A questão da Unidade de Vizinhança é, portanto, a do compromisso entre a indispensável estrutura de abastecimento, que necessariamente segrega os setores vitais entre si, e a comunicação, teoricamente possível, entre todas as pessoas.

O exame da estrutura de setor habitacional evidencia que na época em que foi proposta não apenas se sintonizava, mas contribuía com uma alternativa concreta, com o esforço que se fazia no plano internacional para equacionar o problema da configuração da cidade adequada às necessidades e possibilidades do homem contemporâneo. A Carta de Atenas representa apenas uma etapa necessária e fundamental desse processo, cujas limitações o próprio CIAM já havia reconhecido quando, reunido em 1953, redefinia seus objetivos: “Estimamos que se fará necessário elaborar uma hierarquia de modos de associação humana, destinada a substituir a hierarquia funcional da Carta de Atenas” (TAYLOR, 1975, p. 2).

Até então considerei as Superquadras como sistema endógeno: conjunto estruturado pelas relações intrínsecas entre as partes. O que se segue as situa com os outros setores da cidade, como integrantes de um sistema.



fig 18. Lucio Costa – Risco alternativo para Brasília

6. Unidade do diverso

No risco alternativo aventado durante a elaboração do projeto (fig. 18) as áreas residenciais envolvem o centro cívico, mesmo partido proposto por Lucio Costa para a Nova Capital da Nigéria, em 1976 (fig. 19). Em ambas, as áreas edificadas são contíguas e inscritas numa figura geométrica: círculo e triângulo eqüilátero, o mesmo que circunscreve os dois eixos de Brasília (fig. 11). Regulado pela geometria, o traçado assinala, observa Rosenau, a dimensão utópica – a cidade ideal³ – imagem de ideal e liberdade:

O plano ideal refere-se ao sítio como unidade e expressa antes as aspirações do que as realizações de uma determinada civilização [...] a cidade ideal suscita a questão da aspiração à liberdade diante das limitações sociológicas e biológicas (ROSENAU, 1983, p. 2-3).

O traçado de Brasília difere dos supracitados pela ausência de contigüidade entre o setor residencial e outras áreas edificadas e pela ausência de hierarquia decorrente da descentralização do centro cívico como foco da

³ Segundo Hessen: "Dividimos os objetos em reais e ideais. Chamamos de reais ou efetivos todos que nos são dados na experiência externa ou interna ou são inferidos a partir dela. Comparados a eles, os objetos ideais aparecem como irreais, meramente pensados. Esses objetos ideais são, por exemplo, as estruturas da matemática, os números e as figuras geométricas" (HESSEN, 2000, p. 21).

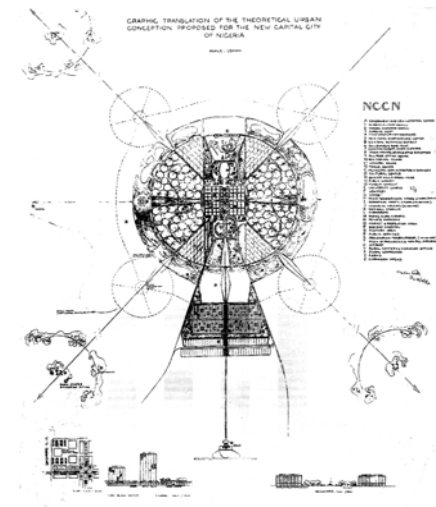


fig 19. Lucio Costa – Nova capital da Nigéria – 1976

composição. A disposição linear adotada para as Superquadras evidencia a separação entre os setores, configurando cada um deles como *entidades* – estruturas físico-espaciais únicas – individualizadas, autônomas e com escalas diferenciadas⁴. O traçado cinde e diferencia a URBS da CIVITAS para, destarte, reuni-las. Separação pressupõe união e a unidade requer diversidade que a razão dialética reconstitui – propósito primordial do desenho de Lucio Costa: “O monumental e o doméstico entrosam-se num todo harmônico e integrado” (COSTA, 1995, p. 308).

7. Axialidade

A linearidade confere ao setor residencial caráter axial; o Eixo Rodoviário-Residencial resultante entrecruza com o Monumental configurando um sistema axial e, em decorrência do caráter sistêmico, o entrosamento desejado. A axialidade, além de artifício plástico de conectividade, expressa a dimensão volitiva – a intencionalidade – prezada por Le Corbusier:

⁴ “A cidade foi, de fato, concebida em função de três escalas diferentes: a escala coletiva ou monumental, a escala cotidiana ou residencial e a escala concentrada ou gregária: o jogo dessas três escalas é que lhe dará o caráter próprio definitivo” (COSTA, 2000, p. 302).

O eixo é talvez a primeira manifestação humana; ele é o instrumento de todo ato humano. A criança que titubeia tende na direção do eixo, o homem que luta na tempestade da vida traça para si um eixo. O eixo é o ordenador da arquitetura (LE CORBUSIER, 1995, p. 151).

Os espaços de celebração e os da vida cotidiana se equiparam – nenhum prevalece. A ausência de hierarquia assenta no tratamento “de certo modo monumental” dado às moradias, afirma Lucio Costa:

A moradia do homem comum há de ser o monumento símbolo do nosso tempo, assim como o túmulo, os mosteiros, os castelos e os palácios o foram em outras épocas. Daí ela ter adquirido – seja de partido horizontal, como nas Superquadras das unidades de vizinhança de Brasília, ou vertical, como na fracassada tentativa dos núcleos condominiais da Barra – simplesmente pelo seu tamanho, pela volumetria do conjunto e pela escala, essa feição de certo modo *monumental* (COSTA, 1995, p. 310, grifo do autor).

O “modo monumental” se consubstancia nas disposições descritas por Lucio Costa:

Assim, do cruzamento dos dois eixos, seis quilômetros para cada lado, duas seqüências contínuas de Superquadras, geometricamente definidas no espaço pelas cercaduras arborizadas, enfileiradas em cadeia, contíguas às pistas de tráfego mas independentes delas e tendo como fundo o vasto horizonte, o céu e as nuvens do planalto – o monumental e o doméstico entrosam-se num todo harmônico e integrado (COSTA, 1995, p. 308).

Entrosamento reiterado pelos pilotis que, liberando o chão das Superquadras para usufruto público, configura um espaço de transição com o domínio privado.

8. Plataforma Rodoviária

A biaxialidade propicia um entroncamento onde, encarregada de articular os dois eixos, insere-se a Plataforma Rodoviária – limiar do monumental e do doméstico – do sagrado e do profano. É lugar de passagem, caráter que



fig 20. Brasília – Plataforma Rodoviária

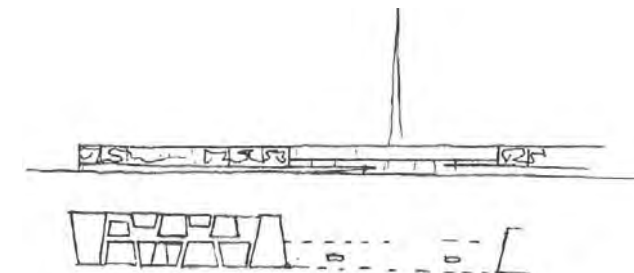


fig 21. Brasília – Setor de Diversões: foto e risco de Lucio Costa

transparece no projeto arquitetônico: na escala de dimensões urbanas e nas feições viárias do desenho: horizontalidade e porte dos vãos (fig. 20) – a estrutura viária se faz Arquitetura. Apenas aflora o saguão da estação rodoviária, discretamente como sugerido no Relatório do Plano Piloto: “disposto lateralmente [...] construção baixa” (COSTA, 1995, p. 290)⁵ (Fig. 21). No encontro dos eixos, o centro é tratado como espaço de transição, não se impondo pela excepcionalidade da forma arquitetônica ou celebrando-o triunfalmente como centro hegemônico subordinando as escalas numa relação hierárquica; estas se complementam de modo equilibrado. Na crítica monocórdia de Sergio Ferro a sutileza do risco passou despercebida:

As cidades nossas são sempre organizadas pela praça central, onde ficam os monumentos principais, o centro de reunião, de encontro, das manifestações políticas [...] E talvez o ponto de maior ruptura do urbanismo de Lucio seja aquele centro não centro, que é ao mesmo tempo centro de circulação e de dispersão. Onde se chega, sai, e circula [...] mas de maneira nenhuma um coração no sentido mais poético, como núcleo vivo da cidade, de onde deviam sair as grandes manifestações

⁵ Além das orientações assinaladas no Relatório, Lucio Costa é o autor do projeto arquitetônico da Plataforma Rodoviária.

políticas, as grandes decisões populares. (O RISCO..., 2003, p. 215).

À margem da Plataforma, e no mesmo sentido de preservar a equivalência das partes, o Setor de Diversões comparece discretamente, conforme recomenda o relatório: “gabarito baixo e uniforme” (COSTA, 2000, p. 289) (fig. 20). Constitui a Escala Concentrada, ou Gregária, dimensionada para o convívio motivado por valores afetivos, valores latentes em todos os indivíduos a eles predispostos, donde seu caráter intimista. Sem se distinguir pela singularidade do tratamento arquitetônico, a Escala Gregária insere-se, discretamente, sem competir com as demais as aproxima.

Disposição inusitada porque, ao atribuir à escala convivial, a tarefa de reunir o coloquial e o solene (sentimento aproximando vontade e razão) contraria a tradição das cidades onde os espaços são articulados pelos lugares de celebração e monumentos, como em Paris Haussmaniana, a neoclássica Washington ou recentemente Canberra (fig. 22).

Digressão

Je est un autre

Rimbaud



9. Cidadania

A consciência de cidadania procede da diferenciação da coisa pública da privada. Anota Buarque de Holanda: “Só pela transgressão da ordem doméstica e familiar que é que nasce o Estado e que o simples indivíduo se faz cidadão e responsável ante as leis da Cidade” (HOLANDA, 2005, p.141). O partido urbanístico de Brasília explicita a distinção formulada como ideário e doutrina por Lucio Costa:

Os interesses do homem como indivíduo nem sempre coincidem com os interesses desse *mesmo homem* como ser coletivo; cabe ao urbanista procurar resolver, na medida do possível, esta contradição fundamental
(COSTA, 1995, p. 277, grifo do autor).

A contradição tem como fundamento a contraposição dialética entre o singular e o universal, da diferença e distanciamento destes termos dicotômicos procede o devir, o vir a ser histórico do sujeito.

10. Desequilíbrio

O entrosamento harmônico do individual e o coletivo, que estrutura e dá sentido ao desenho, é rompido pela dificuldade que a mentalidade arraigada nas raízes patriarcais do Brasil tem em distinguir os interesses privados e públicos. O desequilíbrio se revela nas transgressões cada vez mais freqüentes a integridade do projeto, a desconsideração e apropriação indevida dos espaços públicos privatizando-os nas superquadras pelo fechamento e cerramento dos pilotis e reformas que particularizam os blocos em detrimento da identidade e unidade da quadra.

As violações ao ordenamento urbano, todas elas, decorrem do “caráter cordial” apontado por Sérgio Buarque de Holanda, em Raízes do Brasil, a dificuldade em distinguir a coisa pública da privada. Transcrevo:

No homem cordial, a vida em sociedade é, de certo modo, uma verdadeira libertação do pavor que ele sente em viver consigo mesmo [...] sociabilidade apenas aparente, que na verdade não se impõe ao indivíduo e não exerce efeito positivo na estruturação da ordem coletiva” (HOLANDA, 2005, p. 17, 147).

O olhar do homem cordial é o mesmo olhar inculto que, inabilitado de reconhecer a beleza na cidade, a denigre. Esclarece Marx: “Se quiser gozar da arte, deve-se ser artisticamente educado [...] O olho do homem desfruta diferentemente do modo pelo qual desfruta o olho tosco” (MARX, 1978, p. 11).

O fato de o desenho não ter superado as contradições, e a atitude de indiferença prevalecer, insistindo em subverter e mutilar a cidade, evidenciam o caráter utópico do projeto: a aspiração do viver mais humano permanece ainda como promessa. A dimensão utópica é ainda mais significativa nos tempos obscuros que vivemos decorrentes da indiferença. Indiferença para com o outro, indiferença entre a consciência da coisa pública e privada.

A arte deve e pretende ser utopia, e tanto mais decididamente quanto a relação real das funções que impede a utopia (FREITAS, 2003, p. 61).

11. Cidade moderna e identidade

“O habitante da cidade é o indivíduo por excelência [...] Quando falamos do indivíduo como uma entidade histórica não queremos significar simplesmente a existência sensível e espaciotemporal de um membro particular da espécie humana, mas, além disso tudo, a compreensão da sua própria individualidade

como um ser humano consciente, inclusive o reconhecimento da sua própria identidade” (HORKHEIMER, 1976, p. 139, 142).⁶ Por isso, Aristóteles arremata: “Uma cidade é construída por diferentes tipos de homens; pessoas iguais não podem fazê-la existir” (ARISTÓTELES, Política).

Na associação dos termos *indivíduo* e *cidade* está implícito o projeto da modernidade cuja essência reside na emergência do ser autônomo, que funda valores no exercício livre das prerrogativas da subjetividade e não, como no mundo antigo, ditados por uma ordem, a natureza Deus ou deduzidos de uma revelação.⁷

A identidade do indivíduo, que o distingue como ele mesmo, como sujeito autônomo⁸ – indivisível⁹ – tem como lastro a relação com o *outro* (o que eu

⁶ “Só pode haver vida social pela associação de indivíduos distintos, e ela é muito mais rica na medida em que os indivíduos são mais numerosos e mais diferenciados. O fator individual condiciona, portanto, o fator impessoal. A recíproca não é menos verdadeira, pois a sociedade ela mesma é uma fonte importante de diferenciação dos indivíduos”

(DURKHEIM, 1998, p. 390).

⁷ Não subordinado a um mundo ordenado, o sujeito instaura o seu próprio: “Nós só ficamos em ordem quando estamos fora da ordem” (Shakespeare Henrique VI 2ª parte – Ato IV Cena II: Jack Cad).

⁸ Autonomia: quando a ordem é auto instituída.

⁹ O direito à diferença pressupõe a noção de distanciamento: “O caráter mais essencial da percepção humana como percepção *consciente* é precisamente de visar o objeto exterior *como exterior*, na sua exterioridade objetiva, o que implica a imagem de distância enquanto tal, a imagem da relação de exterioridade do objeto em relação ao sujeito”. (THAO, 1977, p. 15).

não sou) como diferença – minha autonomia só é garantida pela autonomia do outro.¹⁰

A cidade é o palco onde, pela consideração com outro, as diferenças se manifestam e tramam o tecido social¹¹. Lemos nos Irmãos Karamazov: “Somos todos responsáveis por tudo e por todos, e eu mais do que os outros”.

Lucio Costa tem isso em mente ao definir a cidade como suporte de intermediação com o outro: “Cidade é a expressão palpável da humana necessidade de *contato, comunicação, organização e troca*” (COSTA, 1995, p. 277, grifo do autor). Reitera isso na epígrafe da memória de seu projeto para Monlevade: “Construiu-se a aldeia para o convívio e o calor humano” (COSTA, 1995, p. 91)¹².

12. Subjetividade

“Cosi è, si vi pare”

¹⁰ Shakespeare reitera: “O olho a si mesmo não se enxerga senão por reflexo, em outra coisa” (Júlio César Ato I – Cena II: Bruto).

¹¹ “A consciência-de-si é em si e para si quando e porque é em si e para si para uma Outra; quer dizer, só é como algo reconhecido” (HEGEL, 1966, p.113). “O homem [diz Marx] se espelha primeiro em outro homem. Só por meio da relação com o homem Paulo, como seu semelhante, reconhece-se o homem Pedro a si mesmo como homem” (MARX, 1983, p. 57).

¹² Texto de *A conquista do Brasil*, de Roy Nash, adotado como epígrafe do projeto de Lucio Costa para Monlevade.

Levinas associa a modernidade¹³ ao advento da subjetividade:

A noção de sujeito, – a oposição do sujeito ao objeto – sua relação e especificidade desta relação, irreduzível às relações de semelhança, igualdade, ação, paixão e causalidade – caracteriza a filosofia moderna (LEVINAS, 1932, p. 1).

Lucio Costa alinha-se com este ideário ao negar o caráter metafísico e solipsista da experiência e reconhecer nas prerrogativas do indivíduo a construção de uma ordem inteligível.

Geralmente nos extasiamos diante do beija-flor, da borboleta, da rosa ou dos ínfimos organismos do microcosmo, como incríveis manifestações da natureza, quando afinal o apuro dela somos nós mesmos, esse fabuloso mecanismo de que resultou – intransferível – a lucidez e a consciência de cada indivíduo, como *pessoa* (COSTA, 1995, p. 407, grifo do autor).

¹³ No confronto entre consciência coletiva e consciência do indivíduo, a transformação histórica mais significativa, e que marca a modernidade, é a idéia de que nenhum destes termos é determinante do outro. "A modernidade consiste em adotar por princípio global (e exclusivo) de interpretação a relação com o mundo onde o homem se situa como poder de fundação (fundação de seus atos e de suas representações, fundação da história, fundação da verdade, fundação da lei): é um tal poder de fundação que define a subjetividade" (RENAUT, 1989, p. 27).

13. Conhecimento senciente

Cidade e cidadania são termos correlatos¹⁴: A autonomia do objeto (cidade), derivada do jogo das escalas discriminadas e reconciliadas¹⁵ num todo harmonicamente estruturado¹⁶ e esteticamente qualificado¹⁷, autoriza ao olhar atento na livre reflexão mental ajuizá-lo como “belo”. O sujeito (cidadão) ao conjugar assim as prerrogativas volitivas, intelectivas e sensíveis como totalidade – exterioriza sua autonomia. “O uno diferente em si mesmo”.¹⁸ O

¹⁴ Marx acentua a reciprocidade da relação sujeito (cidadão) e objeto (cidade): “A obra de arte – e do mesmo modo, qualquer outro produto – cria um público sensível à arte e capaz de sentir prazer com a beleza. Por conseguinte, a produção não cria apenas um objeto para o sujeito, mas também um sujeito para o objeto” (Marx, 1974, p. 60).

¹⁵ “No conhecimento defrontam-se consciência e objeto, sujeito e objeto. O conhecimento aparece como uma relação entre esses dois elementos. Nessa relação, sujeito e objeto permanecem eternamente separados. O dualismo do sujeito e do objeto pertence à essência do conhecimento” (HESSEN, 1999, p. 20).

¹⁶ A autonomia qualifica a modernidade que é, segundo Habermas, o desenvolvimento da ciência, da moralidade, das leis universais e da arte autônoma nos termos da própria lógica interna destas.

¹⁷ Distingue-se a racionalidade pautada na razão lógica ou prática da senciente que é própria do objeto-obra-de-arte: “A construção, numa obra de arte, diz respeito à sua lógica interna, que não é a dos conceitos [...] Ao contrário da construção conceitual, a estética diz respeito à singularidade do artefato, de sua inteireza como algo único. Segundo Adorno, a construção estética é semelhante, em seu princípio, ao processo de síntese que leva ao conhecimento conceitual. Entretanto, diferentemente deste último, aquela não tem como objetivo algo externo à própria relação entre o sujeito e o objeto, ou seja, entre o fruidor e a obra [...] sua coerência, sua identidade, não deve ser buscada a partir de um ponto externo à própria obra, pois ela surge a partir da própria experiência com a coisa” (FREITAS, 2003, p. 32).

“A racionalidade das obras de arte tem por objetivo a sua resistência à existência empírica: organizar racionalmente as obras de arte significa elaborá-las rigorosamente em si” (ADORNO, 2003, p. 55).

¹⁸ O texto, lembrado por Hölderlin no *Hyperion*, é extraído do *Banquete* (187a) de Platão onde se lê: “O uno, diz Heráclito, se reencontra consigo mesmo, ainda quando tende para a diferença. A identidade na diferença é para Hölderlin a essência da beleza” (HEIDEGGER, 2006, p. 10).

sujeito quer “sentir-se a si próprio, por isso se defronta com a beleza na arte”¹⁹
(HOLDERLIN, 2003, p. 83).

O fragmento de Heráclito, invocado por Hölderlin para distinguir a essência do belo – a identidade na diferença – é pertinente ao traçado da cidade de Brasília, como à noção de *indivíduo*²⁰.

¹⁹ “Só em manifestações reais, sensíveis pode o sujeito exteriorizar sua vida” (MARX, 1978, p. 40).

²⁰ “Organismo único que possui unidade, forma um todo reconhecível e distinguível dos demais” (Dicionário Houaiss eletrônico).

Obras citadas

- ADORNO, T.W. *Experiência e criação artística*. Lisboa : Edições 70, 2003.
- ALEXANDER, C. A city is not a tree. *Architectural Forum*, v.1, n. 1, p. 58-62, Apr. 1965.
- COSTA, L.C. *Registro de uma vivência*. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.
- _____. *Sobre arquitetura*. Porto Alegre : CEUA, 1962.
- DURKHEIM, E. *Les formes élémentaires de la vie religieuse*. Paris : PUF, 1998.
- FREITAS, V. *Adorno e a arte contemporânea*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 2003.
- HEIDEGGER, M. *Que é isto – a filosofia?* : identidade e diferença. São Paulo, Vozes, 2006.
- HEGEL, G.W.F. *Fenomenología del espíritu*. México, FCE, 1996.
- HERBERT, G. The Neighbourhood unit principle and organic theory. *Sociological Review*, p. 164, July 1963.
- HESSEN, J. *Teoria do conhecimento*. São Paulo : Martins Fontes, 2000.
- HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. São Paulo : Companhia das Letras, 2005.
- HORKHEIMER, M. *Éclipse de la raison*. Paris : Payot, 1974.
- HOLDERLIN, F. *Hipérion ou o eremita na Grécia*. São Paulo : Nova Alexandria, 2003.

HURVY, A.J. L'unité de voisinage en tant que structure en arbre ou semi-treillis, *Planification, Habitat, Information*, n° 75, nov. 1973.

LE CORBUSIER. *Vers une architecture*. Paris : Flammarion, 1995.

_____. *A Carta de Atenas*. São Paulo : Edusp, 1993.

LEVINAS, E. *Martin Heidegger et l'ontologie*. Disponível em : <<http://perso.wanadoo.fr/marxiens/philo/levinas.htm>> Acesso em: 26 de março de 2007.

LYNCH, K. *Site Planning*. Cambridge : MIT Press, 1972.

MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os pensadores).

RENAUT, A. *L'ère de l'individu*. Paris : Gallimard, 1989.

O RISCO, Lucio Costa e a utopia moderna. Wisnick G. (org.). Rio de Janeiro: Bang Bang Filmes, 2003.

ROSENAU, H. *The ideal city*. Londres : Methuen, 1983.

THAO, T.D. *Recherches sur l'origine du langage et de la conscience*. Paris : Editions Sociales, 1977.

WEEKS, L.D. *The plan for Milton Keynes*. Disponível em : < http://www.mkweb.co.uk/Milton_Keynes_General/DisplayArticle.asp?ID=285 >. Acesso em: 26 de março de 2007.